PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME N° 18.593.815/0001-97

NIRE nº 33.3.0031102-5

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 17 DE JANEIRO DE 2022**

1. **Data, Hora e Local.** Realizada aos 17 dias do mês de janeiro de 2022, às 10:00 horas, na sede social da PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A. (“Companhia”), na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Avenida Geremário Dantas, 1.400, lojas 249 a 267, Freguesia, Jacarepaguá, CEP 22.760-401.

2. **Convocação e Presença.** Convocação dispensada tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, de acordo com o previsto no parágrafo 6º, artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, e com a legislação em vigor.

3. **Mesa.** Presidente: Sr. Pedro Henrique Chermont de Miranda; Secretário: Sr. Bruno de Mello Pereira.

4. **Ordem do Dia.** Deliberar sobre: (i) a criação do programa de recompra de ações de emissão da Companhia, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento; e (ii) a autorização para os diretores da Companhia praticarem todos os atos necessários para efetivar as deliberações anteriores.

- 4 **Deliberações.** Após exame e discussão do item constante da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade e sem ressalvas, aprovaram o seguinte:
  - 4.1. Em atendimento ao parágrafo 1º, do artigo 14, do Estatuto Social da Companhia, as exigências da Instrução CVM 567/2015 e demais disposições legais pertinentes, a criação do programa de recompra de ações de emissão da Companhia, com prazo de vigência a contar de 18 de janeiro de 2022 a 18 de janeiro de 2023, por meio da aplicação de lucros e/ou reservas

disponíveis para a aquisição, pela Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações, de até 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de sua emissão, para a manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, nas condições indicadas a seguir (“Programa de Recompra”). As informações relativas ao Programa de Recompra requeridas nos termos do Anexo 30- XXXVI à Instrução CVM 480/09, conforme alterada, encontram-se apresentadas no Anexo I à presente ata.

(a) Objetivo do Programa de Recompra. O Programa de Recompra tem por objetivo incrementar a geração de valor para os acionistas da Companhia, mediante a aquisição das ações ordinárias de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento, posterior alienação das ações no mercado, destinação ao eventual exercício de direitos no âmbito do plano de opção de compra de ações, ou, ainda, outros fins a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, sem redução do capital social da Companhia, respeitado o disposto no § 1º do artigo 30 da Lei das S.A., e nas normas enunciadas na Instrução CVM 567/15.

(b) Ações em Circulação: Atualmente, nos termos do § 3º do art. 8º da ICVM 567/15, existem 37.285.651 (trinta e sete milhões, duzentos e oitenta e cinco mil e seiscentos e cinquenta e uma) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia em circulação no mercado (“Ações em Circulação”).

(c) Ações em Tesouraria: Atualmente, há 800.000 (oitocentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia mantidas em tesouraria.

(d) Quantidade de Ações a ser adquirida. A quantidade de ações a ser adquirida no âmbito do Programa de Recompra estará limitada a 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, representativas de 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento) do total de Ações em Circulação no mercado, nesta data, sendo que a efetiva recompra do número total de ações aprovado neste ato dependerá, dentre outros aspectos, do número de ações em tesouraria mantidas pela Companhia no momento da negociação e o saldo das reservas disponíveis, de modo a atender aos limites previstos no artigo 8º da Instrução CVM 567/15 e demais normas aplicáveis.

(e) **Prazo máximo para realização das operações autorizadas.** As aquisições serão efetuadas em bolsa de valores, com prazo de vigência a contar de 18 de janeiro de 2022 a 18 de janeiro de 2023.

(f) **Lastro para as operações.** As operações de compra das ações realizadas nos termos do Programa de Recompra serão suportadas pelo montante global (i) das reservas de lucro ou de capital disponíveis, com exclusão da reserva legal, da reserva de lucros a realizar, da reserva especial de dividendo não distribuído e da reserva de incentivos fiscais, conforme aplicável; e (ii) do resultado realizado do exercício em curso, com a exclusão dos montantes a serem destinados à formação da reserva legal, da reserva de lucros a realizar, da reserva especial de dividendo não distribuído e da reserva de incentivos fiscais e ao pagamento do dividendo obrigatório, conforme o caso, observado o disposto na Instrução CVM 567/15.

(g) **Verificação dos recursos disponíveis:** A existência de recursos disponíveis para lastrear as operações de aquisição das próprias ações deverá ser verificada com base nas demonstrações contábeis anuais, intermediárias ou trimestrais mais recentes divulgadas pela Companhia anteriormente à efetiva transferência, para a Companhia, da propriedade das ações de sua emissão.

(i) **Verificações da Diretoria:** A Diretoria somente poderá efetivar as aquisições se tiver tomado todas as diligências necessárias para assegurar que: (i) a liquidação de cada operação em seu vencimento é compatível com a situação financeira da Companhia, não afetando o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento do dividendo obrigatório; e (ii) na hipótese de verificação da existência de recursos disponíveis com base em demonstrações contábeis intermediárias ou refletidas nos formulários de informações trimestrais – ITR, não há fatos previsíveis capazes de ensejar alterações significativas no montante de tais recursos ao longo do restante do exercício social.

(j) **Preço e modo de aquisição:** As operações de aquisição serão realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), a preço de mercado, cabendo à Diretoria da Companhia decidir o momento e a quantidade de ações a ser adquirida, seja em uma única operação ou em uma série de operações, respeitando os limites e demais regras previstas na regulamentação

aplicável.

(k) **Instituições Intermediárias.** As negociações serão realizadas com a intermediação das seguintes corretoras:

XP Investimentos CCTVM S.A

CNPJ: 02.332.886/0001-04

Endereço: Avenida Ataulfo de Paiva, nº 153, Sala 201, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.440-032

Itaú Corretora de Valores S.A.

CNPJ: 61.194.353/0001-64

Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3500, 3º Andar, Parte, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04.538-132

Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

CNPJ: 61.855.045/0001-32

Endereço: Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 11º Andar, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04.543-011.

(l) **Ações mantidas em tesouraria:** Nos termos da legislação aplicável, as ações, enquanto mantidas em tesouraria, não terão direitos patrimoniais ou políticos e, consoante o §2º do art. 10 da Instrução CVM 567/15, serão desconsideradas no cômputo dos quóruns de instalação e deliberação previstos na Lei das S.A. e na regulamentação do mercado de valores mobiliários.

(m) **Alienação ou cancelamento do excesso de ações:** As ações adquiridas nos termos deste Programa de Recompra poderão, a critério do Conselho de Administração, ser destinadas ao exercício de direitos no âmbito do plano de opção de compra de ações ou do plano de outorga de ações restritas da Companhia, sem redução do capital social da Companhia. A Companhia deverá cancelar ou alienar as ações que excederem o saldo de lucros e reservas disponíveis, no prazo de 06 (seis) meses, a contar da divulgação das demonstrações contábeis,

anuais e intermediárias ou informações financeiras trimestrais em que se apurar o excesso.

4.2. Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar as medidas necessárias à implementação do Programa de Recompra aprovado acima.

5 Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, que, após lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes, sendo autorizada sua lavratura na forma de sumário, nos termos do §1º do artigo 130 da LSA.

Mesa:

Pedro Henrique Chermont de Miranda
Presidente

Bruno de Mello Pereira
Secretário

Membros do Conselho de Administração:

Pedro Henrique Chermont de Miranda

Bruno de Mello Pereira

Roberto Carmelo de Oliveira

Eduardo Khair Chalita

Pedro Hermes da Fonseca Rudge

Anexo I

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A. REALIZADA EM 17 DE JANEIRO DE 2022

Anexo 30 - XXXVI à Instrução CVM 480/09
Negociação de Ações de Própria Emissão

Informações requeridas nos termos do Anexo 30-XXXVI à Instrução CVM 480/09, conforme alterada, em vista da aprovação pelo Conselho de Administração da Priner Serviços Industriais S.A. (“Companhia”), em reunião realizada em 17 de janeiro de 2022, do Programa de Recompra de Ações da Companhia (“Programa de Recompra”).

1. Justificar pormenorizadamente o objetivo e os efeitos econômicos esperados da operação

O Programa de Recompra tem por objetivo incrementar a geração de valor para os acionistas da Companhia, mediante a aquisição das ações ordinárias de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento, posterior alienação das ações no mercado, destinação ao eventual exercício de direitos no âmbito do plano de opção de compra de ações, ou, ainda, outros fins a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração, sem redução do capital social da Companhia, respeitado o disposto no § 1º do artigo 30 da Lei das S.A., e nas normas enunciadas na Instrução CVM 567/15.

2. Informar as quantidades de ações (i) em circulação e (ii) já mantidas em tesouraria

Nesta data, existem 37.285.651 (trinta e sete milhões, duzentos e oitenta e cinco mil e seiscentos e cinquenta e uma) Ações em Circulação, e 800.000 (oitocentas mil) ações mantidas em tesouraria.

3. Informar a quantidade de ações que poderão ser adquiridas ou alienadas

A quantidade de ações a ser adquirida no âmbito do Programa de Recompra estará limitada a 1.000.000 (um milhão) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, representativas de 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento) do total de Ações em Circulação no mercado nesta data, sendo que a efetiva recompra do número total de ações aprovado neste ato dependerá, dentre outros aspectos, do número de ações em tesouraria mantidas pela Companhia no momento da negociação e o saldo das reservas disponíveis, de modo a atender aos limites previstos no artigo 8º da Instrução CVM 567/15 e demais normas aplicáveis.

4. Descrever as principais características dos instrumentos derivativos que a companhia vier a utilizar, se houver

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não utilizará instrumentos derivativos.

5. Descrever, se houver, eventuais acordos ou orientações de voto existentes entre a companhia e a contraparte das operações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia realizará as operações em bolsa, e não tem conhecimento de quem serão as contrapartes nas operações.

6. Na hipótese de operações cursadas fora de mercados organizados de valores mobiliários, informar:

- a. o preço máximo (mínimo) pelo qual as ações serão adquiridas (alienadas); e
- b. se for o caso, as razões que justificam a realização da operação a preços mais de 10% (dez por cento) superiores, no caso de aquisição, ou mais de 10% (dez por cento) inferiores, no caso de alienação, à média da cotação, ponderada pelo volume, nos 10 (dez) pregões anteriores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia realizará as operações em bolsa, e não tem conhecimento de quem serão as contrapartes nas operações.

7. Informar, se houver, os impactos que a negociação terá sobre a composição do controle acionário ou da estrutura administrativa da sociedade

A Companhia não estima impacto na composição do controle acionário ou na estrutura administrativa da Companhia em razão da implementação do Programa de Recompra.

8. Identificar as contrapartes, se conhecidas, e, em se tratando de parte relacionada à companhia, tal como definida pelas regras contábeis que tratam desse assunto, fornecer ainda as informações exigidas pelo art. 8º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia realizará as operações em bolsa, e não tem conhecimento de quem serão as contrapartes nas operações.

9. Indicar a destinação dos recursos auferidos, se for o caso

No momento da aquisição das ações, a Companhia não auferirá recursos. A decisão de cancelamento ou alienação de ações mantidas em tesouraria será tomada oportunamente e comunicada ao mercado. Caso seja aprovada a alienação de ações, os recursos auferidos serão destinados às operações da Companhia.

10. Indicar o prazo máximo para a liquidação das operações autorizadas

As aquisições serão efetuadas em bolsa de valores, com prazo de vigência a contar de 18 de janeiro de 2022 a 18 de janeiro de 2023.

11. Identificar instituições que atuarão como intermediárias, se houver

XP Investimentos CCTVM S.A, Itaú Corretora de Valores S.A. e Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

12. Especificar os recursos disponíveis a serem utilizados, na forma do art. 7º, § 1º, da Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015.

As operações realizadas no âmbito do Programa de Recompra serão suportadas pelo montante global (i) das reservas de lucro ou de capital disponíveis, com exclusão da reserva legal, da reserva de lucros a realizar, da reserva especial de dividendo não distribuído e da reserva de incentivos fiscais, conforme aplicável; e (ii) do resultado realizado do exercício em curso, com a exclusão dos montantes a serem destinados à formação da reserva legal, da reserva de lucros a realizar, da reserva especial de dividendo não distribuído e da reserva de incentivos fiscais e ao pagamento do dividendo obrigatório, conforme o caso.

A existência de recursos disponíveis para lastrear as operações de aquisição das próprias ações deverá ser verificada com base nas demonstrações contábeis anuais, intermediárias ou trimestrais mais recentes divulgadas pela Companhia anteriormente à efetiva transferência, para a Companhia, da propriedade das ações de sua emissão.

13. Especificar as razões pelas quais os membros do conselho de administração se sentem confortáveis de que a recompra de ações não prejudicará o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento de dividendos obrigatórios, fixos ou mínimos.

Com base nas demonstrações financeiras referentes ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2021 e nas perspectivas para o ano corrente, a Companhia possui plena capacidade de pagamento dos compromissos assumidos com terceiros.